

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 83

10/02/06 a 16/02/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck (redator responsável) e Maria Paula de Barros Cantusio.

Lula viajou à África

Em viagem à África, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com seu colega argelino, Abdelaziz Bouteflika, no dia 09 de fevereiro. Na ocasião, emitiram comunicado conjunto pedindo que Israel se retire dos territórios ocupados no Oriente Médio. Em Benin, Lula fez breve discurso sobre as relações entre Brasil e África, participou de um ritual religioso e anunciou acordos na área de educação. No dia 11 de fevereiro, em Botsuana, o presidente brasileiro propôs a criação de uma área de livre-comércio entre o Mercosul e os países africanos e fechou vários acordos nas áreas de esporte e saúde, em especial na cooperação no controle da Aids. O brasileiro seguiu posteriormente para a África do Sul, onde participou da cúpula da Governança Progressiva, em Pretória. Dentre os temas tratados por Lula e representantes de outros países do mundo esteve a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). (Folha de S. Paulo – Brasil – 11/02/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 12/02/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/02/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 10/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/02/06; O Globo – Economia – 12/02/06; O Globo – O País – 11/02/06; O Globo – O País – 13/02/06).

Brasil embargou carne argentina

O governo brasileiro suspendeu as importações de carnes com osso e animais vivos que sejam suscetíveis à aftosa de toda Argentina, no dia 09 de fevereiro. O embargo deu-se após a descoberta de um foco de febre aftosa na Província de Corrientes, no norte argentino. A intenção da medida é evitar a contaminação do rebanho brasileiro com a doença. Representantes do Ministério da Agricultura declaram que a situação no país vizinho pode favorecer as exportações brasileiras, prejudicadas em 2005 com a descoberta de um foco de aftosa. (Folha



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

de S. Paulo – Dinheiro – 10/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/02/06; O Globo – Economia – 10/02/06; O Globo – Economia – 12/02/06).

Brasil participou de reunião do G-8 em Moscou

O ministro da Fazenda brasileiro, Antonio Palocci, participou como convidado da reunião dos ministros das finanças do G-8 – formado pelos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia – em Moscou. Além do Brasil foram convidados representantes da China, Índia e África do Sul. Entre os temas discutidos no encontro esteve a segurança energética, como o desenvolvimento de energias alternativas, e o comércio mundial. Os países em desenvolvimento discordaram de uma proposta apresentada pela França de que os países ricos deveriam investir em infra-estrutura nos países mais pobres com o objetivo de alavancar o comércio mundial. Brasil, Índia, China e África do Sul, em oposição, defenderam a liberalização do setor agrícola dos países ricos como forma de garantir desenvolvimento e equidade comercial. Sobre a questão energética, o Brasil defendeu o etanol como combustível alternativo ao petróleo. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/02/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 12/02/06; O Globo – Economia – 11/02/06).

Ministro da Fazenda tratou temas bilaterais com a Rússia

O Ministro da Fazenda brasileiro, Antonio Palocci, em Moscou – para participar da reunião do G-8 – discutiu acordos com o governo russo. O Brasil negociou com o governo daquele país a exportação de tecnologia e de gerência do sistema bancário brasileiro. Palocci solicitou, ainda, que o governo russo reveja o embargo imposto à carne brasileira nos estados que não foram afetados pela febre aftosa. O governo brasileiro espera que a Rússia restrinja o embargo para as áreas em que de fato foram verificados os focos da doença. O Ministério da Agricultura russo, contudo, informou que verificará a situação brasileira em um futuro próximo. (O Estado de S. Paulo – Economia – 10/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/02/06).

ONU decidiu pela permanência das tropas brasileiras no Haiti

A Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu, durante reunião do Conselho de Segurança realizada em função da crise nas eleições haitianas, no dia 14 de fevereiro, renovar o mandato da Minustah, missão de paz liderada pelo Brasil no Haiti. A renovação vale por seis meses, mas o Conselho deverá reavaliar, até o meio do ano, o papel da organização e dos capacetes azuis no país caribenho. Com a renovação, o governo brasileiro pretende defender dentro da instituição que a missão tenha maior apoio internacional e não se restrinja apenas ao envio de tropas militares. A idéia é levar aos haitianos ajuda econômica, projetos de



desenvolvimento social e combate à pobreza. Durante sua visita à Argel, na África, no dia 10, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, havia defendido a permanência do Brasil no país caribenho, assim como o general brasileiro responsável pelas tropas da missão, José Elito Carvalho Siqueira. A notícia da renovação do mandato da missão no Haiti surgiu um dia depois de movimentos sociais brasileiros lançarem uma campanha internacional de solidariedade ao Haiti, cujo objetivo é pressionar a retirada dos capacetes azuis do país. Durante o Fórum Social Mundial, na Venezuela, 28 entidades latino-americanas assinaram um documento, contendo seu posicionamento, documento este que será enviado às autoridades brasileiras. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 14/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 10/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/02/06; O Globo – O Mundo – 10/02/06; O Globo – O Mundo – 15/02/06).

Eleições do Haiti levaram chanceler brasileiro a pedir ajuda da ONU

Até o dia 16 de fevereiro, o processo eleitoral, no Haiti, não havia chegado a um desenlace. A informação dada por um membro da comissão eleitoral do Haiti de que os resultados da eleição ocorrida no dia 07 estavam sendo manipulados, além do fato de material eleitoral ter sido encontrado em um lixão nos arredores de Porto Príncipe, levaram à manifestações violentas da população em defesa da vitória do candidato René Préval. Até mesmo o hotel onde a comissão eleitoral estava reunida foi invadido, fazendo com que os soldados da Minustah, a missão de paz das Nações Unidas (ONU) no Haiti liderada pelo Brasil, entrassem em ação para tentar conter os revoltosos e remover barricadas. Com cerca de 90% dos votos apurados, a contagem foi suspensa por conta das manifestações e o resultado parcial ainda levaria as eleições à um segundo turno. Em primeiro lugar, estava Préval, com 49,1% dos votos e, em segundo, Leslie Manigat, com 11,8%. A possibilidade de uma segunda rodada de votações provocou uma nova onda de protestos e violência no país. Os embaixadores do Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos e França e o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, tentaram fazer com que Préval aceitasse um possível segundo turno e acalmasse os ânimos de seus partidários e com que Manigat também aceitasse uma possível vitória de Préval já no primeiro turno, à fim de para acabar com a crise causada pelas eleições. Dentro do governo brasileiro, os discursos sobre o impasse nas eleições haitianas mostraram-se contraditórios. Depois da declaração do assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, de que os outros candidatos deveriam reconhecer a vitória de Préval no primeiro turno para evitar maiores confusões, o chanceler Celso Amorim afirmou que não cabia ao Brasil decidir as eleições no Haiti, mas sim, aos próprios haitianos, conforme suas leis e procedimentos eleitorais. Amorim, acreditando que as denúncias de fraudes deveriam ser investigadas, pediu à secretária americana de Estado, Condoleezza Rice, que o caso haitiano fosse levado ao Conselho de Segurança da ONU, já que a presidência rotativa do órgão é, atualmente, dos Estados Unidos. Durante a reunião de emergência, foi apoiada pelos 15 países-membros a criação de uma



comissão de recontagem de votos e a divulgação do resultado no dia 17. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 13/02/06; Folha de S. Paulo- Mundo - 14/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 15/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional - 16/02/06; O Globo – O Mundo – 13/02/06; O Globo – O Mundo – 14/02/06; O Globo – O Mundo – 15/02/06; O Globo – O Mundo - 16/02/06).

Brasil e China fecharam acordo na área têxtil

Os governos brasileiro e chinês fecharam acordo de restrição voluntária de exportações de produtos têxteis da China ao Brasil, no dia 09 de fevereiro. Segundo o acordo, os chineses limitarão o volume de produtos da área que embarcam para o Brasil, dentro de limites fixados a oito categorias de têxteis. O acordo passará a valer, contudo, 30 dias após a assinatura do mesmo pelos ministros do comércio dos dois países. O governo brasileiro comemorou o acordo, declarando a intenção de celebrar similares em outras áreas com a China. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/02/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/02/06; O Globo – Economia – 10/02/06; O Globo – Economia – 11/02/06).

Celso Amorim criticou medida protecionista dos EUA

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, criticou a decisão da Comissão de Comércio Internacional (ITC) dos Estados Unidos de sobretaxar as importações de suco de laranja brasileiro. O órgão americano adotou a medida alegando dumping e deverá aplicar taxas de até aproximadamente 61% ao produto. O Itamaraty só apelará na Organização Mundial do Comércio (OMC) após avaliação detalhada da medida, para ver se há incompatibilidade entre a mesma e as normas do organismo. (O Estado de S. Paulo – Economia – 10/02/06).

Petrobrás fechou acordos na Bolívia

A Petrobrás negociou uma série de acordos com a estatal boliviana do setor de petróleo Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Entre as medidas anunciadas estão cooperações nas áreas de refino, exploração, produção e distribuição de gás e a retomada do projeto do pólo de gás-químico binacional. O memorando de entendimento para a associação das duas empresas deverá ser assinado ainda este mês. Cerca de US\$ 5 bilhões deverão ser aplicados conjuntamente no setor de gás boliviano. Além da Petrobrás e da YPFB, serão signatários do acordo o Ministério de Minas e Energia brasileiro e o Ministério de Hidrocarburos da Bolívia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/02/06; O Estado de



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

S. Paulo – Economia – 11/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/02/06; O Globo – Economia – 11/02/06).

ONG colombiana protestou por extradição de guerrilheiro das Farc do Brasil

Membros de uma associação formada por parentes de policiais e soldados mortos ou seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) fizeram uma manifestação em frente à embaixada brasileira em Bogotá. O protesto tinha como objetivo exigir a extradição de um dos dirigentes do movimento, o guerrilheiro Antonio Cadena Collazos, atualmente preso no Brasil. Cadena é acusado do assassinato de 79 militares e policiais colombianos, além de crimes de rebelião e terrorismo, e foi detido em agosto de 2005, no Brasil, quando identificado como uma espécie de porta-voz das Farc no país. Depois de preso, pediu refúgio político ao Conselho Nacional de Refugiados e, desde então, o processo de extradição pedido pelo governo colombiano está suspenso. (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/02/06; O Globo – O Mundo – 14/02/06).

Lula enviou pedido por clemência ao brasileiro condenado à morte na Indonésia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou novamente uma carta ao presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, pedindo clemência pelo brasileiro Marco Archer Cardoso, condenado à morte naquele país por tráfico de drogas. Para reforçar a solicitação de Lula, já que a feita na semana passada foi negada, um grupo de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), foi à embaixada da Indonésia em Brasília. Archer foi flagrado no aeroporto de Jacarta, em agosto de 2003, com 13 quilos de cocaína e condenado à morte por fuzilamento em junho de 2004. O Itamaraty quer que a pena de morte seja substituída por outro tipo de punição. A embaixada brasileira em Jacarta foi instruída a adotar medidas adicionais para tentar salvar o brasileiro da morte. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/02/06; O Globo – O País – 14/02/06).

UE aumentou restrições para carne brasileira

A União Européia (UE) decidiu adotar medidas mais rigorosas para importar carne proveniente do Brasil. As cargas de carne bovina desossada e maturada deverão, a partir de agora, ser acompanhadas de documentação completa, inclusive comprovando a vacinação contra aftosa, e as regras de rastreabilidade do produto serão exigidas. Além disso, carnes procedentes do Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, onde foram encontrados focos da doença, continuarão embargadas. Depois de uma visita de veterinários europeus aos estabelecimentos brasileiro de abate, em janeiro, Bruxelas concluiu que o país precisa melhorar as atuações de prevenção da aftosa. (O Estado de S. Paulo – Economia – 16/02/06).



Pirataria ainda é considerada preocupante no Brasil

A Aliança Internacional de Propriedade Intelectual (IIPA, na sigla em inglês), em relatório anual, manteve o Brasil em sua lista de países em que considera que há problemas de pirataria. A lista de países divulgada pela aliança é enviada ao Ministério de Comércio Exterior dos Estados Unidos para que os norte-americanos os priorize no combate à pirataria. Em 2005, a Casa Branca ameaçou retirar o Brasil do Sistema Geral de Preferência (SGP), sistema este que concede reduções tarifárias, caso o país não tomasse medidas para restringir a pirataria. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/02/06).

BNDES financiará aumento da produção de etanol na AL

Representantes dos governos de 11 países da América Central e da região do Caribe visitaram o Rio de Janeiro, no dia 14 de fevereiro, para encontrar-se com autoridades do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e da Agência Nacional de Petróleo (ANP). O BNDES pretende financiar o aumento da produção de etanol na América Latina, fornecendo empréstimos a empresas brasileiras que queiram construir unidade de processamento de cana-de-açúcar em outros países. A idéia é que o Brasil ajude os outros países a diminuir sua dependência dos combustíveis a base de petróleo, seja através de financiamentos ou de troca de tecnologia. O país é, atualmente, o maior produtor de etanol do mundo. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/02/06).

Lula propôs nova reunião para destravar Rodada Doha e mudança de regras na OMC

Em visita à África para participar da Cúpula da Governança, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, para tentar obter seu apoio para a realização de uma reunião dos chefes de Estado do G-8 (os oito países mais poderosos do mundo) e do G-20 (países em desenvolvimento que quer a abertura de mercados agrícolas), cujo intuito seria destravar as negociações da Rodada Doha. Blair, no entanto, apesar de mostrar-se engajado com a idéia, disse que não poderia tomar uma decisão sem o consentimento dos outros países da União Européia (UE). Mais tarde, durante a cúpula, o presidente brasileiro reiterou que o Brasil está disposto a fazer concessões na liberalização dos setores de bens industriais e serviços, área de interesse dos países desenvolvidos, desde que haja reciprocidade na liberalização agrícola e no fim dos subsídios. Lula acrescentou que as decisões por consenso, como são feitas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), acabam por atrapalhar as negociações e defendeu que as mesmas passem a ocorrer pelo resultado de votações por maioria. As declarações do representante do Brasil não agradaram à organização, que garantiu que não irá modificar suas regras de votação durante a rodada. Um assessor de Bruxelas também garantiu que o bloco dificilmente aceitaria a adoção de um sistema de votação. (O Estado de S. Paulo –



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Economia – 14/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/02/06; O Globo – Economia – 13/02/06; O Globo – Economia – 14/02/06).

EUA propuseram excluir os subsídios agrícolas da Rodada Doha

O governo dos Estados Unidos apresentou uma nova proposta para a Rodada Doha de liberalização do comércio. A idéia é limitar a possibilidade de países subsidiarem suas indústrias de produtos manufaturados, desde que a questão dos subsídios à agricultura fique de fora de negociações futuras no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A proposta norte-americana foi duramente criticada pelos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Os subsídios para a produção industrial já vêm sendo limitados há anos por conta de acordos internacionais. Entretanto, os países desenvolvidos tiveram a oportunidade de subsidiar suas empresas por décadas e consolida-las. O Brasil recebeu a notícia com preocupação, principalmente devido às novas regras que possam ser estabelecidas na OMC, acarretando reformas no financiamento de exportações e à política industrial nacional, que o governo está tentando implementar. (O Estado de S. Paulo – Economia – 16/02/06).

Banco Mundial divulgou estudo sobre pobreza e citou o Brasil

O Banco Mundial (Bird) publicou um relatório sobre a pobreza mundial denominado "Redução da Pobreza e Crescimento: ciclos virtuosos e viciosos", no qual reconheceu que, a pobreza e a desigualdade não devem ser vistas apenas como consequências do atrofamento do crescimento econômico, mas também, como parte de suas causa. Segundo o documento, no caso do Brasil, a redução da desigualdade social é tanto ou mais importante para o crescimento econômico do que a redução da pobreza em si. O programa Bolsa-Família, do governo federal, foi elogiado pela instituição como uma iniciativa que, além de auxiliar financeiramente a população carente, ainda resulta na obrigatoriedade da frequência escolar e do acompanhamento médico. Já as transferências de rendas públicas, como a Previdência social, extremamente desigual, e programas de subsídio à energia e à educação superior foram criticados. O relatório também destaca o fato de que a redução dos índices de pobreza no Brasil, nos últimos anos, não ocorreu de maneira uniforme, de modo que há diferenças gritantes na renda per capita dos Estados do Centro-Sul em comparação com os do Nordeste. Como solução para a democratização das oportunidades na sociedade brasileira, o Bird sugere a adoção de abertura comercial, ao mesmo tempo apoiando os pequenos agricultores, oferecendo educação e oportunidade aos mais pobres. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/02/06).

Presidente do BID visitou o Brasil

O novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, empossado em outubro de 2005, desembarcou no Brasil no dia



16 de fevereiro. Em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Moreno assinou um convênio para que a Assembléia Geral de Governadores do BID ocorra em Belo Horizonte, no mês de abril. A iniciativa do banco de conceder empréstimos em real para municípios pequenos e médios e a idealização de projetos de grandes investimentos em infra-estrutura no país também foi pauta de discussão. O presidente do BID ainda apresentou à Lula uma proposta de mecanismos de financiamentos a projetos que envolvam o setor público. Moreno ainda encontrou-se com o governador do Amazonas, Eduardo Braga, e de Minas Gerais, Aécio Neves. (O Estado de S. Paulo – Economia – 14/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/02/06).

Venda ilegal de diamantes no exterior constrangeu Brasília

O governo brasileiro ficou em situação constrangedora com a prisão do ex-chefe do distrito regional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Luiz Eduardo Machado Castro. Em novembro de 2005, um laudo assinado por Castro para rebater a acusação da organização internacional Parceria África-Canadá (PAC), sobre a existência de fraudes nos certificados emitidos pelo departamento. O documento foi apresentado em Moscou durante a reunião do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, que reúne mais de 40 países e prevê a coibição do comércio ilegal de diamantes. Em janeiro de 2005, a PAC investigou as condições da produção e venda de diamantes no país e constatou que um certificado Kimberley, emitido pelo DNPM de Minas Gerais, permitindo a exportação de quase 7 mil quilates da pedra preciosa era falso. A emissão de novos certificados foi suspensa até que as investigações sobre a venda do produto sejam concluídas e o Processo Kimberley foi informado do ocorrido. O coordenador de pesquisa da PAC, Ian Smillie, afirmou que a prisão de Castro mostra que o relatório divulgado pela entidade estava correto e parte das autoridades brasileiras acreditou no mesmo. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/02/04; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 15/02/06).

Iniciativa brasileira de diminuir as emissões que causam aquecimento global foi destacada por conselheiro da ONU

Em entrevista à imprensa brasileira, o conselheiro para assuntos de Ciência e Tecnologia das Nações Unidas (ONU) sobre Mudança do Clima, Halldor Thorgeirsson, afirmou que o Brasil tem tido um papel importante no cenário de desenvolvimento de novas tecnologias que diminuem as emissões de gases que causam o aquecimento global. Apesar de não ter a obrigação de reduzir suas emissões de acordo com o Protocolo de Kyoto, o Brasil tem realizado importantes avanços nessa área, principalmente através do desenvolvimento do uso de combustíveis renováveis como o álcool e o biodiesel. Segundo Thorgeirsson, a proposta brasileira de conservar as florestas como forma de diminuir a emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa, uma vez que 75% das emissões do país são provenientes do desmatamento, foi muito bem recebida pela ONU (O Estado de S. Paulo – Vida & - 16/02/06).